

## IMPrensa COMO FONTE PARA A PESQUISA HISTÓRICA

M. do Pilar de A. Vieira

M. do Rosário da C. Peixoto

Rosa Kulcsar

Yara A. Khoury

(Professoras do Departamento de História da PUC-SP)

Desde 1977, a disciplina de Pesquisa Histórica do Curso de História da PUC desenvolvia o projeto “Classes Sociais na Primeira República”, buscando na imprensa dados sobre a classe operária, com a preocupação de resgatar a memória desta classe. Os alunos começavam seu trabalho diretamente com o material empírico nos Arquivos, com uma orientação rigorosa quanto às técnicas de pesquisa, sem contudo recorrer a discussões quanto a métodos, crítica historiográfica, problemas de fontes, etc. A Pesquisa Histórica passou então por uma fase de reformulação que visava essencialmente ao abandono de uma excessiva valorização do empirismo. Nesse sentido, houve uma reorientação do projeto de pesquisa – “Classes Sociais na Primeira República” – visando então recuperar um determinado período do processo histórico brasileiro, a partir da análise das relações sociais de produção.

O trabalho de catalogação, classificação e sistematização da documentação coletada pelos alunos de graduação, dentro do referido projeto e das monografias resultantes dessa pesquisa, demonstrou que alguns dos trabalhos já se orientavam no sentido de uma análise do próprio discurso da imprensa que, até então, tinha sido utilizada principalmente como fonte de informação. Aproveitando-nos dessa tendência, resolvemos orientar o encaminhamento das novas pesquisas no sentido de analisar o jornal como expressão de interesses sociais, buscando identificar esses interesses, os interlocutores a que se dirigem, o tratamento dispensado aos temas em pauta e a articulação entre eles, etc.

Em outras palavras, se o projeto anterior visava analisar as relações entre as classes sociais, utilizando o jornal como uma das fontes, agora buscaríamos analisar esse mesmo jornal como portador de interesses e projetos de classes

ou frações de classes numa conjuntura dada.

Sendo nossa intenção trabalhar com os alunos de graduação; verificou-se a necessidade de formular uma problemática, delimitando-a no tempo e no espaço. Essa delimitação facilitaria o encaminhamento das discussões, orientaria a seleção da bibliografia teórica e específica e indicaria a natureza dos dados a serem coletados. Nossa escolha recaiu sobre o papel da imprensa paulista como porta-voz de interesses de classes ou frações de classe na conjuntura de 1930. A escolha de 1930 deveu-se aos seguintes critérios: o processo de reavaliação pela qual está passando esse período; a existência de trabalhos significativos sobre o tema, alguns deles com base em análise de discurso; a relativa facilidade em se consultar a imprensa da época.

Escolhemos os seguintes jornais:

- “O Estado de São Paulo”
- “Diário Popular”
- “A Capital”
- “O Combate”
- “Correio Paulistano”
- “Diário Nacional”
- “Folha da Manhã”
- “O País”

A inclusão do jornal “O País”, do Rio de Janeiro, deveu-se ao fato de ser um periódico da capital da República que permaneceu fiel ao governo no decorrer das lutas políticas.

O critério primordial para tal escolha foi o da relevância desses periódicos no encaminhamento do processo político brasileiro na Primeira República.

A utilização exclusiva de jornais da chamada imprensa burguesa se deveu à dificuldade de localizar em nossos arquivos e bibliotecas a imprensa operária da Primeira República, o que limitou bastante o nosso trabalho.

Para entender a posição dos jornais nos acontecimentos que eclodiram em 1930, achamos necessário buscar sua gênese. Por isso, privilegiamos, nessa fase inicial, os anos de 1926, 1927, 1928, 1929.

Em discussão conjunta, ressaltou-se a importância não só de registrar os assuntos tratados pelos editoriais e artigos de fundo como também de captar o tom do discurso: se é agressivo, se é conciliador, se é moderado . . .

Nesse trabalho conferimos à imprensa um papel de destaque no processo de desvendamento das relações sociais na I<sup>a</sup> República, na medida em que essa imprensa veicula idéias, conceitos, propostas que são engendradas pela praxis social dos grupos cujos interesses defende constituindo-se, ela própria, num momento dessa prática.

Nesse sentido, a importância da imprensa para a pesquisa histórica se amplia consideravelmente. Se durante muito tempo, a imprensa foi despre-

zada pelos historiadores de formação positivista que a consideravam “pouco confiável” devido à carga de subjetividade que carrega, hoje a utilizamos, sobretudo, devido a essa subjetividade, mais ainda, pelo seu caráter de formadora de opinião.

Sendo porta-voz de interesses muito objetivos de classes sociais ou frações de classes sociais, ela procura formular para toda a sociedade uma determinada visão de mundo, tentando generalizar para o conjunto da nação, interesses específicos da classe que representa.

Nosaa proposta era portanto, a de alcançar o papel jogado pela imprensa paulista na disputa entre os grupos da classe dominante no esforço de mobilizar a opinião pública em torno de seus diferentes projetos políticos, conscientes de que o exercício do poder implica o consenso por parte dos dominados.

Em função disto, um dos problemas que enfrentamos foi o de como perceber essa relação imprensa - classe, partindo de duas premissas:

A primeira delas seria em torno do conceito de classe. Classe, para nós deixaria de ser algo estático, catalogado, definido, classificando de antemão, para ser um fenômeno histórico captado em seu movimento.

A segunda premissa é de que a efetuação das relações sociais não caminha sem suas expressões pensadas. Pensar e representar são momentos da praxis tanto quanto agir.

A partir dessas premissas tentamos ver como essa relação transparece no discurso.

O discurso do jornal – alvo central da pesquisa – como qualquer documento foi produzido em circunstâncias históricas definidas, dentro de uma relação concreta de classes.

A análise e sistematização dos editoriais e artigos de fundo mostrou que a tônica nos jornais entre 1926 e 1930 é o debate político que passa as discussões econômicas, financeiras e sociais e que se acirra durante o processo eleitoral desencadeado principalmente nos anos de 1928 e 1929.

No geral, todos eles se referem à sociedade brasileira como sendo harmônica. Alguns enfatizam mais os assuntos econômicos, enquanto outros valorizam temas políticos e por vezes sociais. Todos eles discutem a situação econômica brasileira e a reforma financeira de Washington Luís. Ao tratar de assuntos econômicos, boa parte deles se referem à vocação agrária do país. Alguns priorizam a lavoura cafeeira enquanto outros voltam-se para a policultura. Embora certos jornais se oponham ao governo vigente, nenhum questiona o regime republicano: se uns sugerem reformas, estas não ultrapassam os limites do jurídico político: pregam a moralização dos costumes políticos. Mesmo quando referem-se a uma possível revolução, esta se limita a ser uma revolução dentro da legalidade, por ex.: “O Combate” que, dos jornais pesquisados manifestou a posição mais crítica às facções dominantes,

abrindo inclusive um espaço ao debate sobre a participação política dos trabalhadores e apoiando os revolucionários de 1922 e 1924; mesmo este jornal prega uma revolução através da moralização dos costumes políticos e da educação do povo. Esta moralização é sugerida, sobretudo, no processo eleitoral. Todos eles entendem a participação política limitada a este processo. Com exceção de "O Combate", nenhum outro trata da participação política dos trabalhadores, como força social, na defesa de interesses próprios. No entanto, mesmo abrindo espaço para as discussões do movimento operário, é dúbio quanto aos limites dessa participação.

Buscou-se, sobretudo, perceber como o jornal concebia a organização do Estado e da Sociedade e identificar os conceitos que permeavam os diferentes discursos, segundo um roteiro por nós elaborado (relatório III p.3 – CEPE).

Tendo em vista este objetivo estabelecemos como metas perceber: — a representação do real veiculada pelo texto, ou seja, como o jornal representa a Sociedade e o Estado, a Imprensa em geral e a si mesmo em particular, definindo, a partir daí, o lugar e a natureza das práticas políticas dos diferentes segmentos que compõem a sociedade.

— como a partir dessa representação do real, o jornal formula conceitos que são, a um só tempo, o resultado e o pressuposto de sua praxis.

— o interlocutor a que se dirige o jornal em cada momento. Muitas vezes esse interlocutor não é o referido diretamente nos textos, sendo possível identificá-lo pelo teor do próprio discurso.

Embora arrolados separadamente, tais itens são momentos e expressão de um único movimento.

O que se nota pelos discursos é que existe uma polarização muito grande das forças sociais em torno da manutenção ou não do sistema eleitoral. Isto já sugere a importância que o tema adquire no quadro político do momento.

Mas a real dimensão dessa importância tem que ser buscada não apenas nos discursos particulares, como também no confronto dos mesmos, assim como no levantamento das condições históricas que o produziram. Essas condições históricas se expressam na maneira como as relações de poder estão montadas: política dos governadores e, dentro dela, o voto a descoberto, a comissão de verificação de poderes, etc . . .

Isto porque o próprio texto levanta questões que ele não responde e cujas respostas o pesquisador vai buscar, algumas vezes, fora do discurso. Este "fora do discurso" nada tem a ver com a construção do contexto histórico elaborado à parte.

Em suma, a análise do discurso do jornal envolveu três procedimentos: a análise interna dos discursos particulares, o confronto dos mesmos e o levantamento das condições históricas que o produziram.

O processo de análise dos discursos particulares permitiu-nos perceber os agentes, suas propostas e o papel que desempenharam no embate das forças

em conflito.

Contudo, não é só isso; o confronto dos discursos levou-nos a delinear melhor o perfil de cada agente e a relação entre eles.

O confronto supõe um diálogo do pesquisador com os discursos que, ao mesmo tempo, estabelece um diálogo entre os agentes. Permite verificar a quem as propostas vão beneficiar e seus limites concretos; daí tornar-se possível dimensionar o que está em jogo.

Percebemos dois níveis de colocações nos discursos: um mais em torno de conceitos e outro em torno de medidas práticas. Ambas as considerações se completam e aparecem uma como razão da outra. Pelo confronto, estabeleceram-se os limites dessas colocações.

Retomando o exemplo do voto secreto: enquanto a oposição estava a favor, a situação se opunha. No fundo, ambas se valiam do conceito de democracia para justificar sua posição. No momento em que a oposição criava o sistema eleitoral, qualificando-o de anti-democrático, corrupto e responsável pelo autoritarismo do Executivo e submissão do Legislativo, colocava como solução o voto secreto.

Percebemos as condições e os limites dessa mudança, quando avaliamos o que significava manter ou não o voto a descoberto no quadro geral do poder. O que a oposição estava reivindicando nesse momento eram reformas jurídico-políticas que não questionavam a estrutura de poder ou de propriedade.

O fato de estarmos dando voz aos vários agentes e a tentativa de estabelecer a relação entre as diferentes propostas desses agentes, já significava estarmos levantando as condições históricas da produção dos discursos.

Essas condições, no entanto, extrapolam o próprio discurso. Como já foi salientado anteriormente, o trabalho levanta questões que o discurso não responde.

O caso específico desta pesquisa seria, por ex., buscar o modo de funcionamento do sistema eleitoral, defendido pelo CP, combatido pelos jornais de oposição. Estes discursos não são, contudo, suficientes para explicar o conjunto de sistema e o seu significado na conjuntura política em estudo. Daí recorrer-se a elementos que possam responder a questões tais como: quem compõe a comissão de verificação, quais suas atribuições, de que mecanismos de poder dispõe para se avaliar o papel jogado por ela nessa disputa eleitoral. Ao se buscar a explicação desses fatos chega-se à compreensão da política dos governadores.

De acordo com a proposta de trabalho e a partir dessa discussão metodológica, sentimos a necessidade de buscar um procedimento técnico que nos permitisse viabilizá-la – fazer saltar as contradições internas do discurso. Nesse sentido, elaboramos uma ficha de classificação de dados.

O roteiro referido anteriormente, síntese da discussão e do contato com as fontes num primeiro momento, foi o ponto de partida para a elabo-

ração de uma ficha mais depurada.

Enquanto o roteiro misturava um pouco o que era o discurso com categorias de análise que eram nossas, a ficha permitiu desmembrar os vários discursos de modo com que os conceitos com os quais os vários jornais trabalhavam, aparecessem em seu “estado natural”.

Compõe-se de três grandes itens:

- o diagnóstico da sociedade passado pelo texto;
- a concepção ideal de sociedade veiculada pelo texto;
- o caminho a ser percorrido para se atingi-la.

A concepção ideal de sociedade é construída a partir de conceitos genéricos, supostamente aceitos pelo interlocutor, visando obter o seu apoio. Muito embora genéricos, esses conceitos já deixam transparecer para o pesquisador, por ex., como o jornal define os papéis sociais, como ele estabelece as relações de poder. O diagnóstico da sociedade funda-se principalmente numa crítica ao opositor. Por não poder dizer as coisas até o fim, ele não aprofunda a discussão da proposta do adversário, pois equivaleria a discutir a própria proposta.

O redator, na imagem que faz de si próprio, costuma se colocar como entidade superior às próprias forças políticas em presença, e, em consequência, como comprometido com uma instância mais ampla do que sua individualidade, o que nortearia suas ações dentro de princípios verdadeiros, e portanto, aceitos por todos. Sua imagem corresponderia ao tipo ideal do jornalista, o que garantiria sua neutralidade frente às possíveis disputas.

No fundo, a imagem do ouvinte vai estar permeando o discurso todo, desde a escolha das imagens, a maior ou menor ênfase em algum tipo de argumento, a maneira como o adversário é apresentado, até a própria imagem que o locutor oferece de si próprio e do próprio ouvinte como seu aliado potencial.

O leitor não é passivo porque oferece as bases para o discurso na medida em que o redator opera com conceitos que pressupõe aceitos por aquele. O que justifica o próprio discurso é a possibilidade de que o interlocutor seja portador de idéias diferentes daquelas postuladas pelo articulista. Nesse caso, não sendo considerado como adversário, mas como possível aliado, o leitor é apresentado como iludido pela má fé de terceiros.

Os caminhos para se atingir a concepção ideal de sociedade oferecem os contornos dos conceitos e portanto os limites das propostas.

É importante assinalar que cada conceito e tema elencado foram elaborados pelos próprios agentes envolvidos no processo histórico sem que lhes atribuíssemos categorias ou temas formulados por nós e alheios ao debate do qual se tratava.

A maior incidência de alguns deles e a maneira como são tratados mostra a direção assumida por aquele debate.

Num momento de disputa eleitoral, um dos conceitos mais transmitidos pelos jornais é o da participação, ou seja, da representatividade política. Tal conceito, alvo de grandes debates, é utilizado como razão e/ou justificativa de tomadas de posição dos diferentes jornais no jogo eleitoral em curso. A partir daí, alinham-se no sentido de se reformar ou não o sistema eleitoral.

Da análise dos discursos particulares e do confronto dos mesmos resultou uma reflexão detalhada não apenas sobre o papel político jogado pela imprensa paulista no encaminhamento do processo eleitoral, mas principalmente sobre os procedimentos para alcançar sua compreensão.

Pela própria natureza do artigo, apresentamos apenas algumas conclusões gerais.

Os jornais analisados se dizem defensores dos ideais de democracia liberal da Revolução Francesa, e, como tal, trabalham com o pressuposto de separação entre sociedade civil e Estado cujo elo de ligação seria o sistema de representatividade.

Não foi nossa preocupação tecer considerações sobre Liberalismo ou Democracia ao nível teórico. Detivemo-nos a observar como tais conceitos foram objetivados pelos jornais estudados.

Para a imprensa situacionista, o sistema eleitoral é perfeito, garantindo o pleno funcionamento da democracia do Brasil, havendo equilíbrio entre os três poderes.

Os jornais de oposição, por sua vez, consideram que o sistema eleitoral, por sua própria estrutura, permite a corrupção nas eleições, restringe a participação popular, favorecendo o despotismo. A participação popular se daria pela ampliação do direito de voto (voto feminino) e a moralização através do voto secreto que garantiria a verdade eleitoral na medida em que preservaria a liberdade do eleitor na escolha de seus representantes. Estariam, assim, coibidos de abusos de poder.

Essa caracterização é, na verdade, a configuração teórica da divergência, em que o ponto chave da representatividade, para ambas as facções, é a verdade eleitoral. Isto porque a representação que fazem do real não ultrapassa os limites possíveis dessa mesma representação.

Em termos práticos, a divergência é mais profunda.

Quer nos discursos dos jornais situacionistas, quer nos de oposição, escamoteia-se o caráter de classe de Estado e o caráter político da economia, com base no pressuposto de separação entre sociedade civil e governo. Os próprios interesses muito concretos e palpáveis desses jornais, quer de natureza política, quer de natureza econômica, é que forjam seu discurso, ao mesmo tempo que se disfarçam sob a máscara de “vontade popular”, “sentimento de nação”, “bem comum”, “opinião pública”. Na verdade, o que está em jogo é a disputa pelo poder consoante os interesses dos diferentes grupos.

Escamoteando os interesses dos grupos que representam, os jornais conseguem envolver o leitor, promovendo uma certa identidade de aspirações e dando a ilusão de que o leitor é que vai decidir, como parte ativa, na orientação do processo – com o que esperam conseguir sua adesão e engajamento ao seu projeto eleitoral.